

# O MIGRANTE E A CIDADE

## ENRAIZAMENTO E/OU DESENRAIZAMENTO

Hidelberto de Sousa Ribeiro\*

**E**ste artigo discute a dinâmica de modernização que veio sendo implementada nas últimas quatro décadas na Amazônia Legal, e os impactos em suas populações, em especial, as populações de trabalhadores rurais (lavradores e posseiros) e indígenas, vítimas de expulsão, violência e migração.

Mostra também que, nesse processo, o estado age de maneira contraditória, pois, ao mesmo tempo em que, de um lado, aparece como um agente dinamizador dessa modernização, ao implementar obras de infra-estrutura, financiar projetos agropecuários, distribuir subsídios fiscais e terras, tudo no sentido de atrair pessoas interessadas em investir naquilo que hoje se conhece por *agronegócio*, por outro lado, esse mesmo Estado configura-se como um agente omissivo ao permitir que madeireiros, especuladores, grileiros, fazendeiros e empresários rurais apropriem-se de terras devolutas fazendo uso da força, da violência, da pistolagem, do constrangimento e da morte sem que, nada em absoluto, lhes aconteça (Martins, 1996; 1995; 1993; 1989; 1988a; 1988b; 1985; 1983; 1982).

A expulsão dos moradores obriga-os a migrar em direção às cidades da região. Isso provoca grandes problemas sociopolíticos, na medida em que a maioria das cidades da Amazônia Le-

gal não está aparelhada, em termos de infra-estrutura, para receber contingentes de migrantes, e não são poucos os problemas que esses trabalhadores vão enfrentar no perímetro urbano, como a falta de moradia, a falta de emprego, etc. Sem a resolução desses problemas, são obrigadas a conviver com todo tipo de violência social.

Exemplo típico disso é a cidade de Barra do Garças - MT. Como espaço sociopolítico, localiza-se na divisa dos estados de Mato Grosso e Goiás, a 500 Km a leste da capital, Cuiabá, e cerca de 400 Km da cidade de Goiânia, numa região chamada Vale do Médio Araguaia.

Barra do Garças, até o início da década de setenta, era considerado um dos maiores municípios não só do Brasil, mas também do mundo, com cerca de 192.000 Km<sup>2</sup> de área. A partir desse período, sob a desculpa da ação da Guerrilha do Araguaia, seu território passa para o controle do Governo Federal, por intermédio do INCRA e dos Órgãos de Segurança que vão gradativamente fragmentando-o, a ponto de atualmente possuir pouco mais de 7.000 Km<sup>2</sup> de área.

Para o controle desse território, a principal estratégia utilizada pelo Estado foi conceder enormes parcelas de terras públicas a grandes fazendeiros, a empresários rurais e a empresas de

colonização. Essa estratégia visava impedir a entrada de pequenos produtores rurais na região e, ao mesmo tempo, facilitar a expulsão dos que já estavam ali estabelecidos, o que incluía os povos indígenas.

Na prática isso foi exercido de três formas. A primeira é feita pelo exercício de um forte controle populacional e geopolítico da região (instalação de projetos agropecuários, de colonização e bases militares). A segunda é feita pela omissão estatal em impedir que fazendeiros, madeireiros, grileiros e pistoleiros empreguem o uso da violência para expulsar posseiros e exterminar populações indígenas. Finalmente, o poder estatal se faz presente na região por meio de um enorme aparato técnico-militar cuja finalidade era a de colocar em prática uma legislação agrária excludente e autoritária.

Como decorrência desse processo surgem na região do Médio Araguaia diversas cidades: Água Boa, Canarana, Querência, Garapu, Gaúcha do Norte e outras, controladas, na sua maioria, pelos chamados novos ricos ("remediados econômicos"), isto é, produtores capitalizados provenientes do Centro-Sul do país que ficaram ricos com o *agronegócio*, uma vez que os agricultores pobres acabaram se endividando e/ou abandonando seus lotes, com isso migrando para as cidades da

região, vivendo situações de exclusão e segregação social (Santos, 1993).

A cidade de Barra do Garças foi escolhida como pólo, ou melhor, como base de apoio; por isso, é nela que vai ser montada toda uma infra-estrutura institucional, com vistas a dar sustentáculo logístico para a expansão da fronteira central do Brasil. Com isso, a cidade passa a receber levadas de migrantes e aventureiros atraídos pelos discursos de conseguir terras fáceis, ou de aproveitar dos enormes investimentos estatais distribuídos sem qualquer critério e fiscalização. Dessa maneira, os antigos moradores vão ser expulsos de suas posses para dar lugar aos novos personagens, geralmente colonos provenientes do Sul do país, ao gado e à grande fazenda, cercada pelo arame farpado, sob o olhar atento de jagunços e pistoleiros, assim como das vistas grossas e da omissão da justiça.

Muitos desses trabalhadores já comportam experiências de expulsão, carregando em suas memórias uma longa trajetória de migração, sendo comum para a maioria uma situação de penúria; por isso, uma vez chegando a Barra do Garças, são obrigados a residir na periferia, ocupando terras públicas e privadas, gerando, em algumas ocasiões, momentos de tensões, como foi o caso da formação do bairro de Vila Maria, objeto de nosso estudo.

## **EM BUSCA DE UMA MORADA**

O bairro de Vila Maria é mais um que se localiza nas periferias; é um espaço social considerado de exclusão e, ao mesmo tempo, a maioria de seus moradores é constituída por migrantes vindos de várias partes da própria região Centro-Oeste. Nosso desafio, ao estudar a vida de seus moradores, foi no sentido de entender quais as estratégias que utilizavam para enfrentar a vida na cidade, uma vez que são pes-

soas destituídas de qualquer ensino formal e sem experiências de empregos anteriores.

Durante a pesquisa foi constatado que a permanência desses moradores na cidade estava na dependência direta de três estratégias básicas: de uma estrutura familiar, de uma solidariedade entre vizinhos fazendo parecer que as famílias são extensas e do escudar-se nas várias religiões que aparecem no bairro formando uma “comunidade de irmãos”. Sem esses fatores é quase impossível a permanência desses trabalhadores em solo urbano. É a partir desses fatores que os moradores constroem um novo modo de vida.

Calcado em experiências trazidas do passado rural e de migrante é que o morador de Vila Maria procura garantir a sua sobrevivência, a sua manutenção e o seu enraizamento e/ou o re-enraizamento no mundo urbano.

O processo de ocupação da área onde se localiza Vila Maria começou por volta de 1985, mas a concessão formal da área para a constituição do bairro somente aconteceu no dia 04/04/1987, através de portaria assinada pelo Prefeito da época. É um bairro constituído, em sua quase totalidade, por migrantes, muitos dos quais descendentes de famílias chegadas à região nas décadas de 30, 40 e 50, vindos principalmente de cidades do interior do Nordeste em busca dos garimpos espalhados pela região. Muitos desses migrantes vão se tornar posseiros ou agregados de fazendas.

Vila Maria, por ser um bairro pobre, de periferia, é visto pelas pessoas, principalmente das classes médias, a partir de uma equação de causa e efeito na qual relacionam violência e criminalidade ao estado de pobreza de seus moradores. Os habitantes de Vila Maria sentem-se injustiçados e incomodados com o rótulo ou estigma de viverem num bairro violento.

Os moradores do bairro conse-

qüentemente comportam experiências de vida vinculadas a uma dolorosa trajetória de deslocamentos que, na prática, concretizam-se no rompimento de laços afetivos, pois, como são provenientes de vários estados do país, ou melhor, saíram de várias partes do país, deixando para trás uma longa cadeia de parentesco, de vizinhança e de amizade, além, é óbvio, da perda do seu instrumento de trabalho e local de sua morada, a terra.

Esse processo foi constatado, a partir de dados coletados de um conjunto de cem questionários aplicados junto a famílias residentes no bairro, no intuito de sabermos as causas que motivaram a vinda delas para Barra do Garças. Os números indicam que 20% foram parar no bairro “pela facilidade de acesso a Barra do Garças – na região do Médio Araguaia, mas perceberam que não era bem assim como falavam”, 30% porque souberam “que estavam distribuindo terra em Mato Grosso”, e 50% “em busca de trabalho”, “para melhorar de vida” e “para dar estudos para os filhos, já que no campo a situação estava cada vez mais difícil”.

Ao chegarem à cidade perceberam que uma das maiores dificuldades para permanecer na vida urbana estava no fato de não possuírem um arsenal técnico-lingüístico e cultural como o que a cidade exige. O que conta nessa realidade é o confronto entre tempos e espaços diferentes o que provoca tensões e conflitos nem sempre fáceis de serem superados.

“Fincar” raízes em solo urbano é enfrentar as contingências, as indecisões, as insatisfações e, às vezes, a resignação, uma vez que as mediações necessárias, ao transitar pela cidade, estão baseadas em parâmetros, por isso, querer transplantar as leituras, as experiências vividas no meio rural, isto é, as tradições e uma cultura camponesa pode gerar constrangimentos de

todos os tipos. Ao estabelecer um diálogo entre o estilo de vida urbano e o rural o migrante sente-se desprovido de códigos de condutas e valores adequados à nova realidade.

Nesse conflituoso trabalho de adaptação e de lembranças, alguns depoimentos são bem esclarecedores desse processo. Começamos por uma entrevista colhida no dia 05/04/98 junto à senhora Divanéia<sup>1</sup>, uma das primeiras moradoras do bairro: *Nós acostumamos com o bairro, com a cidade, mas nós que já moramos nas fazendas no meio da fartura, no meio das nossas roças que ali nós pegávamos de tudo para nós comer, cada um, um pouquinho nós como dizemos: na cidade a gente faz que se acostuma, mas não se acostuma, nem com os tipos, nem com as coisas que a gente compra, não é igual àquela que meu velho trazia da roça que eu fazia que tem diferença e eu acho esquisito porque na situação que eu estou já ajudei muito meu velho no trabalho, criar meus filhos, tudo. Criar até neto por doença dos filhos e ninguém não quer me aposentar, aposenta se eu pagar, agora nós não temos condição de pagar.* (Divanéia, 62 anos, nascida em Iporá-GO, entrevistada em 05/04/98).

Em outra entrevista ouvimos o seguinte: *Quando os migrantes chegam do campo, eles se isolam, é uma forma de defesa, uma vez que de onde vieram eles tinham outros valores, suas tradições, enfim uma outra cultura de modo que quando deparam com a cultura urbana sentem-se perdidos como se estivessem vagando fora de um lugar, sem nenhum referencial. O pior é que sem qualificação não sabem o que fazer. Nesse sentido resta o isolamento, a desconfiança, falta de amizade. Por tudo isso, a importância do trabalho das Pastorais, principalmente a da família, tenta integrar essas pes-*

*soas à comunidade e à vida urbana. Visa superar, fundamentalmente, vários problemas psicológicos que vai da falta de uma linguagem comunicativa, passando pela falta de um intercâmbio, medo, insegurança, saudade da vida do campo e a tentativa de a ele retornar. Tudo isso, gera um estado de letargia, visto que foram transplantados de suas raízes, deixaram para trás suas raízes, suas tradições, restando-lhes a incerteza do presente e do futuro. Daí a necessidade premente do trabalho das pastorais visando ganhar e dar confiança a essa população, criar a noção de comunidade e, ao mesmo tempo, dar novos conhecimentos e formações técnicas para poderem enfrentar a cidade e nela permanecerem.* (Irmã Ann, da Ordem das Franciscanas, prestadora de serviço no Bairro, entrevistada em 13/10/96).

## **A CIDADE, LUGAR DO ENCONTRO E DO DESENCONTRO**

Para a maioria dos entrevistados, o campo (o rural) representa o lugar da fartura e da felicidade, enquanto a cidade configura-se como sinônimo da Besta-fera, isto é, das relações capitalistas que produzem desigualdades e violências de todos os tipos. Na cidade, as relações sociais e políticas, uma vez influenciadas e mediatizadas pelo uso do dinheiro, requerem a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Sem conseguir emprego, resta a exclusão social, por conseguinte, o desemprego, a malandragem, o tráfico de favores, a prestação de serviços escusos e o pouco que recebem representa a inacessibilidade aos bens e serviços oferecidos pela moderna sociedade produtora de mercadorias e, conseqüentemente, a uma vida digna.

A mudança do campo para a cidade implica não somente num desloca-

mento espacial, temporal ou histórico, implica também uma reorganização mental e das formas de sociabilidade, como podemos ver no relato: *Na cidade a gente luta, luta e não consegue nada, na cidade, a lei é do cão, quando nós vivíamos no mato, vivíamos uma vida boa, era a barriga cheia, confortável nós tínhamos fartura, tínhamos tudo. Por isso, meus filhos falam: olha meu pai esse negócio de estudar, nós não damos conta de manter porque não temos emprego, nós queremos é voltar para o mato, lá nós vamos ser doutor formado no cabo da irara (enxada), lá nós vamos viver melhor que na cidade.* (Carlos, 43 anos, maranhense, entrevistado em 22/03/98).

Ao contrário do que muitos pensam a respeito de uma espécie de encantamento que a cidade exerce sobre a população camponesa, nossa pesquisa mostra que tal ordem de pensamento só é verdadeira, em parte, pois, para a grande maioria da população pesquisada, a cidade é sinônimo de algo que “aprisiona”, que tira a liberdade e representa a perda da autonomia no controle do processo de trabalho. Liberdade e autonomia, para o camponês, estão relacionadas à questão do trabalho que fundamentalmente envolve valores ligados à terra, ao espaço de reprodução da família e ao *locus* da morada.

Por conseguinte, o discurso que atribui uma espécie de encantamento ou atração do camponês pela cidade, não passa de ideologia de certos intelectuais. Na realidade, para o migrante a vida na cidade torna-se extremamente difícil, já que ele sente saudade do mundo rural, concebendo-o como um lugar mítico, de felicidade e de reprodução de uma enorme relação de parentesco e de solidariedade.

Por isso, falar a respeito das populações migrantes é nos reportarmos a questões referentes à exclusão e à

marginalização, o que muitas vezes se faz pelo veio dos preconceitos e da estigmatização de sua cultura vendo-a como pobre ou de baixo nível.

No entanto, se queremos entender esses migrantes, é necessário enfrentar enormes desafios. Um deles é tentar definir uma metodologia que permita entender o modo de viver desses indivíduos; para isso, deve-se levar em consideração a existência de um modo de vida que comporta momentos marcados pela ambivalência entre o discurso e a prática, entre a cultura rural e a urbana.

O impacto causado pelo encontro dessas diferentes culturas exige olharmos a partir de uma dialética em que o migrante interpreta sua permanência nesse novo contexto, confrontando o novo estilo de vida com o antigo. Nesse processo contraditório, vai procurando se adequar às exigências dessa nova realidade, de modo que, quando não consegue vencer tais dificuldades, resta-lhe, como alternativa, a migração.

Falar do migrante de origem rural é procurar compreender sua linguagem, seus valores, seus símbolos, suas representações e seus comportamentos, o que implica um constante diálogo entre o passado e o presente. Para isso, é necessário enveredar por histórias de vidas, marcadas pelo encontro de duas (ou de várias) culturas que, ao mesmo tempo em que se confrontam, se metamorfoseiam num constante diálogo de leitura/re-leitura, interpretação/reinterpretação e adaptação/resistência.

Como os migrantes estão sempre em desvantagem em relação ao homem urbano, estarão sempre em atraso em relação às exigências que o mercado urbano-capitalista e a concorrência requerem. Por isso, vivenciarão um processo de exclusão sociopolítico. Nesse processo, os pobres são obrigados a desenvolver toda uma forma de linguagem e representações ricas em significados, porém nem sempre deci-

fradas de forma correta.

Através desses significados os pobres conferem valorações nem sempre muito claras, mas que tomam sentido dentro daquilo que Chauí (1996), chama de “conformismo com resistência”, isto é, quem está fora do mundo dos pobres tem a impressão de que eles aceitam tudo que lhes é imposto, como se fossem indivíduos incapazes de qualquer crítica. A realidade não é bem assim, pois os pobres, à sua maneira, transformam aquilo que as classes dominantes tentaram lhes empurrar: ora em termos de não aceitação dessas normas ora interpretando-as de acordo com suas necessidades, mostrando as injustiças de que são vítimas.

Para isso em muito contribui a família, uma vez que, como grupo e identidade, é peça fundamental para o processo de permanência na cidade porque ela se consubstancia numa espécie de “ponto fixo”, um ponto de referência. É no interior das famílias e da casa que são definidos os valores, as regras, as estratégias e as táticas a serem seguidas visando garantir a sobrevivência do grupo.

Alertamos para o fato de que não estamos abordando as resistências e práticas sociais das famílias como algo ligados apenas a “interesses de classes”, como aparece nos escritos de Hobsbawm (1984), Engels (1986), Decca (1987) e Sader (1988 e 1986), cujos trabalhos ao analisarem o modo de vida das classes trabalhadoras a partir das diversas diferenciações político-econômico, acabam tão somente “definindo” o lugar que as classes sociais ocupam na estrutura social e, como consequência, mostram a família inserida numa luta política.

Nossa intenção ao enveredar pela família é porque queremos entendê-la não apenas como fazendo parte da luta política, mas como *valor moral* e o papel que ela desempenha no processo de enfrentamento e da luta no urba-

no para permanecer como grupo, visto que, como grupo, por pertencimento, define um modo de vida, uma singularidade e uma alteridade, representações fundamentais na luta pelo enraizamento ou re-enraizamento.

As famílias migrantes são portadoras de fragmentos culturais com características próprias, em que os discursos e as práticas parecem, à primeira vista, carregadas de contradições e ambivalências, por isso, nem sempre muito claros. Porém, olhando de forma mais acurada, percebe-se que suas práticas, no fundo, comportam uma lógica cuja explicação deve ser buscada no tipo de sociedade tradicional, hierárquica e patriarcal próprias de uma estrutura que marca as sociedades camponesas.

Esses valores, quando em contato com a sociedade urbana, provocam novas leituras de mundo e novos comportamentos que, de acordo com Fernandes (1992), permite que os migrantes acabem construindo um “cenário” que engloba não só toda uma estrutura geográfico-ecológica, mas também novas linguagens e novos códigos. Sem isso fica difícil o re-enraizamento em solo urbano.

A partir desse quadro de referência, buscamos entender o estilo de vida das famílias de Vila Maria e descobrimos que, no jeito simples de seus moradores, nos goles de café passados no coador de pano, nas conversas sempre agradáveis, desenvolvia-se um estilo de vida e certas formas de resistências culturais.

No interior das famílias de Vila Maria, há uma ordem de valores hierarquicamente estabelecidos. Valores, como lealdade e reciprocidade, são princípios que norteiam, próprios das sociedades tradicionais, sendo estendidos praticamente a todo o bairro através dos grupos primários, secundários e de vizinhança. No entanto, vale ressaltar que esses valores já estão so-

frendo modificações em termos de individualidade e egoísmo entre vizinhos.

Lealdade e reciprocidade são importantes, não só para a reprodução das famílias, mas também para a sobrevivência dos “outros”, aqueles que, por motivos vários que vão do compadrio aos laços de parentesco ou vizinhança, são concebidos como “próximos”, “os de casa”. Muitas vezes, esses próximos são aqueles que precisam de ajuda, principalmente quando se trata de desempregados, pois o trabalho, entre os pobres, configura-se numa categoria que ordena suas condutas. A partir dele, forma-se um conjunto de representações e definem-se as trajetórias de migração da grande maioria das famílias.

A família de migrantes pesquisados se percebe a partir de um conjunto de representações morais, como trabalho, honra, hierarquia, respeito, educação etc. Sem esses valores, a reprodução do grupo familiar estaria comprometida.

Nos interstícios desse cotidiano são articulados os discursos e os aprendizados, nem sempre em consonância com as práticas dos agentes envolvidos, mas que se transformam em linguagens carregadas de símbolos que desafiam nossa astúcia e inteligência. Esse tipo de comunicação “[...] insere-se no contexto de cada época e de cada grupo social, formando um repertório muito singular em termos de discursos, fortemente determinado pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica” (Bakhtin, 1997: 37).

Em nosso imediatismo em obter respostas, concebemos, na maioria das vezes, palavras e certos atos como sem sentido e totalmente contraditórios, no entanto, na realidade, estão carregados de sentido. Entretanto, são maneiras de interpretar o mundo, e o mundo urbano exige um aprendizado de novos arsenais cognitivos.

A compreensão desse processo deve ser buscada na própria história

da luta de classes que, no Brasil, é fundada a partir das relações de favor e do tráfico de influência que separa em pólos diametralmente opostos dominantes e dominados, ricos e pobres, aqueles a quem tudo é permitido e aqueles a quem nada é permitido. Essa forma de relação social, como nos ensina Bakhtin (1997), expressa um “instrumento e marginalização” uma vez que define interesses e posições que as classes ocupam na estrutura social e, ao mesmo tempo, deixa claro certa ideologia que cada grupo comporta.

Por conseguinte, os códigos são expressos numa espécie de linguagem do silêncio ou da desconfiança, esse silêncio, de um lado, procura esconder uma série de significados, de outro, diz muito mais coisas que mil palavras juntas. Como formas de expressão, os comportamentos exigem “[...] a compreensão das relações sociais ali expressas [...]” (Spink 1995: 110).

A família, do ponto de vista de uma comunidade ou de um grupo, configura-se por meio de alegrias, paixões, privações, educação, regras de comportamento, condutas e códigos fortemente imbricados numa preocupação maior que é a proteção e a sobrevivência do grupo, fatores que só um olhar bem atento pode captar.

No decorrer de nossa pesquisa, percebemos que essa visão de um bairro violento não passa de preconceito, visto que, na realidade, violento é o próprio sistema político-econômico que exclui. Em nenhum momento, encontramos qualquer correspondência empírica entre pobreza e violência, pelo contrário, o que presenciamos foi uma constante luta pela manutenção da dignidade.

Desenraizados de sua terra, muitos migraram por múltiplos lugares, viveram experiências de deslocamentos compulsórios que os coloca numa situação de “desgarrados”<sup>2</sup>. A alternativa a essa situação é conseguir um pe-

daço de terra na periferia das cidades e construir um barraco. Por outro lado, sem o conhecimento formal que as relações de produção urbana exigem, experimentam inúmeras atividades ocupacionais, como forma de luta para garantir a reprodução da família e a sua permanência na cidade: tropeiro, meeiro, parceiro, agregado, moleiro, operador de máquinas, motorista, servente de pedreiro, pistoleiro, vendedor de salgados, peão de fazenda, frentista em posto de gasolina, vendedor do jogo do bicho, pintor de parede, serviços domésticos, oleiro, empregada doméstica etc, são algumas das atividades exercidas pelos trabalhadores que residem em Vila Maria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vila Maria é um bairro constituído predominantemente por nordestinos, nortistas, pessoas do próprio Centro-Oeste e, em menor número, mineiros e na grande maioria das famílias, o patriarca ou a matriarca deixaram seu lugar de nascimento ainda bem jovens, sendo que muitos nunca mais retornaram ao lugar de origem, em função da carência de recursos, ou devido à enorme distância que os separa. Em conseqüência, grande parte perdeu o contato com os parentes, fato que levou a inúmeras tentativas de constituir nova família.

Os moradores de Vila Maria, em sua maioria, fazem ou fizeram parte de gerações que começaram a percorrer uma longa trajetória pelo território nacional, enveredando por esse “sertão” já por volta dos anos 30, experimentando atividades as mais variadas. Para as gerações mais velhas, a principal atividade era o trabalho na lavoura, quer através da ocupação de terras consideradas livres, quer trabalhando como agregados ou parceiros na terra dos outros. No entanto, entre aqueles

que possuíam terra, a grande maioria não tinha documentação, o que acabou provocando a perda da mesma pelo processo de expulsão sumária.

A situação dessas pessoas agravou-se com o processo de desenvolvimento que se verificou na agricultura brasileira, a partir dos anos 60, com a introdução de novas relações de produção, que, aliadas à injeção de novas técnicas de produção, à intensificação da industrialização e da urbanização, acabaram provocando e acelerando o êxodo rural em direção aos centros urbanos, levando esses migrantes, devido ao seu baixo nível econômico-cultural, a se deslocarem para as periferias das cidades.

Ao mesmo tempo em que esse padrão de desenvolvimento exige uma readequação às exigências do mercado capitalista, esses pobres não têm condições econômicas e culturais para reformularem em tão curto espaço de tempo seus "arsenais cognitivos"<sup>3</sup>, com a velocidade necessária para sua inserção em atividades que exijam o conhecimento de novas técnicas de produção.

Por essas e outras razões, não foram poucas as pessoas que, na pesquisa, relataram ter saudades do estilo de vida rural, nutrindo esperanças de um dia possuir uma "terrinha" própria para plantar e criar. Esta perspectiva parece ser a alternativa mais viável no sentido de garantir o pão de cada dia. Na linguagem simples do caboclo ter a "tua cheinha" de produtos ou um "eito" de coisas, tudo à vontade, para comer e ainda compartilhar com os vizinhos, reproduz um sonho de resgate de uma condição de vida que esse migrante não encontra na cidade.

\* **Hidelberto de Sousa Ribeiro é Professor de Sociologia do Instituto de Ciências e Letras do Médio Araguaia-UFMT e Professor-pesquisador-voluntário do Dpto. de Geografia da Universidade de Campinas - UNICAMP.**

## NOTAS

1 - Os nomes das pessoas entrevistadas foram modificados a fim de preservar suas identidades.

2 - "Desgarramento" é um termo usado para nomear o ato de expulsão do campo sofrida por trabalhadores rurais, devido ao desenvolvimento da agricultura e à ganância dos fazendeiros. Como resultado desse processo, rompem-se as bases do poder na zona rural fundado num sistema tradicional de lealdades, o que provoca conflitos entre a burguesia agrária e esse "exército" de excluídos, que agora invade fazendas, acampa à beira de estradas e luta por uma reforma agrária como resgate à cidadania. A esse respeito ver WAGNER, 1989 e D'AQUINO, 1995 a 1998.

3 - KOWARICK, Lúcio (1979), afirma que a população migrante está submetida a inúmeras perdas. Ela foi, aos poucos, sendo espoliada de sua capacidade física, de trabalho e cognitiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail  
(1997) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 8ª ed., São Paulo: Hucitec.
- CHAUÍ, Marilena  
(1996) *Conformismo e Resistência*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense.
- D'AQUINO, Teresinha  
(1995-1998) *Nas terras de Promissão*. Relatório trimestral de pesquisa. Marília: UNESP, maio/95 a maio/98.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo  
(1987) *A vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paulo 1920-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ENGELS, Friedrich  
(1985) *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global.
- FERNANDES, Heloisa R.  
(1992) "Violência e Modos de Vida: 'Os Justiceiros' ". Dossiê Modos de Vida. In. *Tempo Social*. Revista de Sociologia, USP, São Paulo 4 (1/2): 43-52.
- HOBSBAWM, Eric  
(1984) "Adeus ao Movimento Trabalhista?" In. *Mundo do Trabalho*. Novos Estudos Sobre a História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KOWARICK, Lúcio  
(1979) *A espoliação urbana*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARTINS, José de Souza  
(1982) *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 2ª ed., São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, José de Souza  
(1983) *Os camponeses e a política no Brasil*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes.
- MARTINS, José de Souza  
(1985) *A Militarização da questão agrária no Brasil* (Terra e Poder: O Problema da Terra na Crise Política). 2ª ed., Petrópolis: Vozes.
- MARTINS, José de Souza  
(1988a) *Não há mais terra para plantar neste verão* (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no Renascimento Político no Campo). Petrópolis: Vozes.
- MARTINS, José de Souza  
(1988b) "Migrações Temporárias: problema para quem?" *Travessia Revista do migrante*. São Paulo, Ano 1, nº 1, mai-Ago.
- MARTINS, José de Souza  
(1989) *Caminhada no Chão da Noite* (Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais no Campo). São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, José de Souza  
(1993) *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, José de Souza  
(1995) "A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil". In. *Tempo Social*. Revista de Sociologia. São Paulo, 6(1-2): 1-25, 1994 (editado em jun. 1995)
- MARTINS, José de Souza  
(1996) "O Tempo da Fronteira. Retorno à Controvérsia sobre o Tempo Histórico da Frente de Expansão e da Frente Pioneira". In. *Tempo Social*. Revista de Sociologia, USP, 8 (1): 25-70, Maio.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos  
(1993) *Matuchos: Exclusão e Luta: do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes.
- SANTOS, Roberto A.  
(1989) "O crime em Belém e crime no mundo; por quê?" In. *Travessia Revista do Migrante*. São Paulo, Ano II, nº 4, mai/ago.
- SARTI, Cynthia Andersen  
(1996) *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados.
- SPINK, Mary Jane  
(1995) "Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais". GUARESCHI, P. [Org.] *Textos em representações sociais*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes.
- WAGER, C. Berno  
(1989) *A saga do João Sem Terra*. Petrópolis: Vozes.